

ANEXO IV

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

+

MAPA DE RISCOS

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Número do processo Administrativo:

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de traves esportivas para futebol society e futsal, com fornecimento de redes e serviços de instalação inclusos, destinadas às quadras e campos society dos Centros de Integração de Lazer e Esportes – CILES, conforme condições, quantidades e especificações estabelecidas neste documento.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE / QUANTIDADES ESTIMADAS

A contratação justifica-se pela necessidade de implantação, substituição e padronização das traves esportivas utilizadas nos CILES, visando garantir:

- Segurança dos usuários;
- Adequação às normas esportivas;
- Melhoria da infraestrutura de esporte e lazer;
- Atendimento contínuo às atividades esportivas, recreativas e sociais promovidas pela Administração Pública.

O Registro de Preços possibilita maior eficiência administrativa, economicidade e flexibilidade na execução das aquisições.

ITENS PARA AMPLA DISPUTA - 75% DA QUANTIDADE

ITEM	DESCRIPTIVO	QTD	UNID	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	Traves c/rede p/futebol society instalados - medidas 6m X 2,20m - Com estrutura produzida em tubos de aço carbono de 03", galvanizado, modelo desmontável, requadro inteiriço em tubo de 01", com ganchos para melhor fixação da rede, com acabamento em				



1	pintura eletrostática ou similar na cor branca; Tipos de Fixação: BUCHA (encaixada no furo da quadra) ou PARAFUSADA (com parafusos chumbadores ou similar). REDE: confeccionada em fio de 6mm, 100% polipropileno, proteção contra raios UVB / UVR; malha 14X14 cm, medindo 6 metros de largura por 2,20 metros de altura por 1 metro de recuo superior x 1 metro de recuo inferior. Garantia de no mínimo 24 meses contra efeitos naturais do sol e chuva (intempéries); conforme regras da modalidade. Incluindo: MÃO DE OBRA, MATERIAIS E ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA A INSTALAÇÃO NA MESMA NO LOCAL DESIGNADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER.	15	Par	8.603,00	129.045,00
2	Traves c/rede p/futebol society instalados - medidas 5m X 2,20m - Com estrutura produzida em tubos de aço carbono de 03", galvanizado, modelo desmontável, requadro inteiriço em tubo de 01", com ganchos para melhor fixação da rede, com acabamento em pintura eletrostática ou similar na cor branca; Tipos de Fixação: BUCHA (encaixada no furo da quadra) ou PARAFUSADA (com parafusos chumbadores ou similar). REDE: confeccionada em fio de 6mm, 100% polipropileno, proteção contra raios UVB / UVR; malha 14X14 cm, medindo 5 metros de largura por 2,20 metros de altura por 1 metro de recuo superior x 1 metro de recuo inferior. Garantia de no mínimo 24 meses contra efeitos naturais do sol e chuva (intempéries); conforme regras da modalidade. Incluindo: MÃO DE OBRA, MATERIAIS E ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA A INSTALAÇÃO NA MESMA NO LOCAL DESIGNADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER.	15	Par	7.773,33	116.599,95
3	Traves c/rede p/futebol society instalados - medidas 4m X 2,20m - Com estrutura produzida em tubos de aço carbono de 03", galvanizado, modelo desmontável, requadro inteiriço em tubo de 01", com ganchos para melhor fixação da rede, com acabamento em pintura eletrostática ou similar na cor branca;	15	Par	7.080,00	106.200,00



	<p>Tipos de Fixação: BUCHA (encaixada no furo da quadra) ou PARAFUSADA (com parafusos chumbadores ou similar). REDE: confeccionada em fio de 6mm, 100% polipropileno, proteção contra raios UVB / UVR; malha 14X14 cm, medindo 4 metros de largura por 2,20 metros de altura por 1 metro de recuo superior x 1 metro de recuo inferior. Garantia de no mínimo 24 meses contra efeitos naturais do sol e chuva (intempéries); conforme regras da modalidade. Incluindo: MÃO DE OBRA, MATERIAIS E ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA A INSTALAÇÃO NA MESMA NO LOCAL DESIGNADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER.</p>				
4	<p>Traves c/rede p/futsal instalados - medidas 3m X 2m - Com estrutura produzida em tubos de aço carbono de 03", galvanizado, modelo desmontável, requadro inteiriço em tubo de 01", com ganchos para melhor fixação da rede, com acabamento em massa plástica e pintura eletrostática ou similar na cor branca; Tipos de Fixação: BUCHA (encaixada no furo da quadra) ou PARAFUSADA (com parafusos chumbadores ou similar). REDE: confeccionada em fio de 6mm, 100% polipropileno, proteção contra raios UVB / UVR; malha 14X14 cm, medindo 3 metros de largura por 2 metros de altura por 1 metro de recuo superior x 1 metro de recuo inferior. Garantia de no mínimo 24 meses contra efeitos naturais do sol e chuva (intempéries); conforme regras da modalidade. Incluindo: MÃO DE OBRA, MATERIAIS E ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA A INSTALAÇÃO NA MESMA NO LOCAL DESIGNADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER.</p>	15	Par	5.183,33	77.749,95
TOTAL PARA AMPLA DISPUTA - 75% DA QUANTIDADE					R\$ 429.594,90

ITENS PARA COTA RESERVADA - ME / EPP - 25% DA QUANTIDADE

ITEM	DESCRIPTIVO	QTD	UNID	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
5	<p>Traves c/rede p/futebol society instalados - medidas 6m X 2,20m - Com estrutura produzida em tubos de aço carbono de 03", galvanizado, modelo desmontável, requadro inteiriço em tubo de 01", com ganchos para melhor fixação da rede, com acabamento em pintura eletrostática ou similar na cor branca; Tipos de Fixação: BUCHA (encaixada no furo da quadra) ou PARAFUSADA (com parafusos chumbadores ou similar). REDE: confeccionada em fio de 6mm, 100% polipropileno, proteção contra raios UVB / UVR; malha 14X14 cm, medindo 6 metros de largura por 2,20 metros de altura por 1 metro de recuo superior x 1 metro de recuo inferior. Garantia de no mínimo 24 meses contra efeitos naturais do sol e chuva (intempéries); conforme regras da modalidade. Incluindo: MÃO DE OBRA, MATERIAIS E ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA A INSTALAÇÃO NA MESMA NO LOCAL DESIGNADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER.</p>	05	Par	8.603,00	43.015,00
6	<p>Traves c/rede p/futebol society instalados - medidas 5m X 2,20m - Com estrutura produzida em tubos de aço carbono de 03", galvanizado, modelo desmontável, requadro inteiriço em tubo de 01", com ganchos para melhor fixação da rede, com acabamento em pintura eletrostática ou similar na cor branca; Tipos de Fixação: BUCHA (encaixada no furo da quadra) ou PARAFUSADA (com parafusos chumbadores ou similar). REDE: confeccionada em fio de 6mm, 100% polipropileno, proteção contra raios UVB / UVR; malha 14X14 cm, medindo 5 metros de largura por 2,20 metros de altura por 1 metro de recuo superior x 1 metro de recuo inferior. Garantia de no mínimo 24 meses contra efeitos naturais do sol e chuva (intempéries); conforme regras da modalidade. Incluindo: MÃO DE OBRA, MATERIAIS E ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA A INSTALAÇÃO NA MESMA NO LOCAL DESIGNADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE</p>	05	Par	7.773,33	38.866,65



JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER.					
7	<p>Traves c/rede p/futebol society instalados - medidas 4m X 2,20m - Com estrutura produzida em tubos de aço carbono de 03", galvanizado, modelo desmontável, requadro inteiriço em tubo de 01", com ganchos para melhor fixação da rede, com acabamento em pintura eletrostática ou similar na cor branca; Tipos de Fixação: BUCHA (encaixada no furo da quadra) ou PARAFUSADA (com parafusos chumbadores ou similar). REDE: confeccionada em fio de 6mm, 100% polipropileno, proteção contra raios UVB / UVR; malha 14X14 cm, medindo 4 metros de largura por 2,20 metros de altura por 1 metro de recuo superior x 1 metro de recuo inferior. Garantia de no mínimo 24 meses contra efeitos naturais do sol e chuva (intempéries); conforme regras da modalidade. Incluindo: MÃO DE OBRA, MATERIAIS E ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA A INSTALAÇÃO NA MESMA NO LOCAL DESIGNADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER.</p>	05	Par	7.080,00	35.400,00
8	<p>Traves c/rede p/futsal instalados - medidas 3m X 2m - Com estrutura produzida em tubos de aço carbono de 03", galvanizado, modelo desmontável, requadro inteiriço em tubo de 01", com ganchos para melhor fixação da rede, com acabamento em massa plástica e pintura eletrostática ou similar na cor branca; Tipos de Fixação: BUCHA (encaixada no furo da quadra) ou PARAFUSADA (com parafusos chumbadores ou similar). REDE: confeccionada em fio de 6mm, 100% polipropileno, proteção contra raios UVB / UVR; malha 14X14 cm, medindo 3 metros de largura por 2 metros de altura por 1 metro de recuo superior x 1 metro de recuo inferior. Garantia de no mínimo 24 meses contra efeitos naturais do sol e chuva (intempéries); conforme regras da modalidade. Incluindo: MÃO DE OBRA, MATERIAIS E ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA A INSTALAÇÃO NA MESMA NO LOCAL DESIGNADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER.</p>	05	Par	5.183,33	25.916,65

ITENS P/COTA RESERVADA - ME / EPP - 25% DA QUANTIDADE

R\$ 143.198,30

JUSTIFICATIVA DA QUANTIDADE ESTIMADA

A quantidade estimada para o Registro de Preços foi definida com base em levantamento prévio das necessidades dos Centros de Integração de Lazer e Esportes – CILES, considerando:

- O número de quadras poliesportivas e campos de futebol society atualmente em funcionamento;
- A necessidade de substituição de traves existentes, muitas delas com desgaste estrutural decorrente do uso contínuo e da exposição às intempéries;
- A previsão de manutenção corretiva e preventiva dos equipamentos esportivos;
- A possibilidade de implantação de novas quadras e campos ou readequação dos espaços esportivos ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços;
- O histórico de consumo e demandas registradas em exercícios anteriores, quando existente;
- A natureza do Sistema de Registro de Preços, que permite contratações parceladas e conforme a real necessidade da Administração, sem obrigatoriedade de aquisição do quantitativo total estimado.

Dessa forma, os quantitativos indicados possuem caráter meramente estimativo, servindo como parâmetro para formulação das propostas, não gerando para a Administração a obrigação de contratação integral, tampouco direito subjetivo à contratada quanto à aquisição do total registrado, nos termos da legislação vigente.

Obrigações da empresa detentora da ata de registro de preços, *sempre quando for o caso*:

- a) Providenciar, às suas expensas, todos os materiais, ferramentas, equipamentos, insumos e demais recursos necessários à adequada execução dos serviços, sempre que aplicável ao objeto contratado;
- b) Garantir que todos os materiais, ferramentas, equipamentos e insumos empregados atendam integralmente às normas técnicas pertinentes e às normas de segurança vigentes, e adequados ao uso e, quando exigível, regularizados ou certificados pelos órgãos competentes;
- c) Manter equipe tecnicamente habilitada, devidamente uniformizada (quando aplicável), identificada e em quantidade suficiente para assegurar a execução eficiente dos serviços, responsabilizando-se por sua supervisão, treinamento e regularidade trabalhista, fiscal e previdenciária;
- d) Assegurar a execução contratual, independentemente de rotatividade ou substituição de empregados, sem prejuízo da qualidade, dos prazos e das especificações técnicas;
- e) Cumprir integralmente as normas de saúde, segurança do trabalho, regulamentações técnicas e demais dispositivos legais, assumindo inteira responsabilidade por eventuais danos decorrentes de descumprimento;

- f) Zelar pela confidencialidade, sigilo e proteção de dados e informações sensíveis ou restritas a que tenha acesso em razão da execução contratual, adotando mecanismos seguros para seu armazenamento, tratamento e descarte;
- g) Manter, durante toda a vigência contratual, todas as licenças, autorizações, registros profissionais e certificações necessárias à execução do objeto, inclusive perante conselhos de classe, quando aplicável, bem como toda documentação exigida no edital da licitação vigente no período da prestação dos serviços.
- h) Adotar todas as providências necessárias para evitar danos ao patrimônio público ou de terceiros, responsabilizando-se integralmente pela reparação de eventuais prejuízos causados por ação ou omissão de seus prepostos;
- i) Cumprir rigorosamente os prazos pactuados, providenciando, sempre que necessário, meios adicionais para evitar atrasos injustificados;
- j) Atender prontamente às solicitações, orientações e determinações emitidas pela fiscalização ou gestão contratual, promovendo as adequações que se fizerem necessárias;
- k) Manter atualizados os dados de contato da empresa e de seu preposto responsável, garantindo comunicação rápida e eficaz com a Administração;
- l) Abster-se de utilizar mão de obra infantil, trabalho escravo, análogo ao escravo ou em condições degradantes, observando obrigatoriamente a legislação trabalhista, previdenciária e de proteção ao trabalhador.
- m) Ser a única e exclusiva responsável pela execução do objeto, assumindo todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e de segurança, não gerando qualquer vínculo entre seus empregados/subcontratados e a Administração Pública.
- n) Além do cumprimento das demais hipóteses já definidas na Lei Federal n. 14.133/2021 e Decreto Municipal n. 4367/2024.

Obrigações da Administração, ***sempre quando for o caso:***

- a) Disponibilizar à empresa detentora da ata de registro de preços todas as informações, documentos, especificações técnicas e elementos necessários para o adequado entendimento e execução do objeto contratado, garantindo a clareza dos requisitos;
- b) Fornecer, sempre que aplicável, o acesso às instalações, dependências, sistemas, locais de trabalho, equipamentos ou recursos que sejam de sua responsabilidade e indispensáveis à execução do contrato;
- c) Designar formalmente gestor e fiscal do contrato, nos termos da legislação vigente, incumbidos do acompanhamento, controle, fiscalização e validação da execução do objeto, inclusive com registro das ocorrências em relatórios próprios;

- d) Registrar, documentar e comunicar à empresa detentora da ata de registro de preços quaisquer irregularidades, desconformidades, falhas ou inconsistências constatadas, determinando a realização das correções, ajustes ou complementações necessárias no prazo fixado;
- e) Manter comunicação clara, tempestiva e formal com a empresa detentora da ata de registro de preços, utilizando os meios oficiais definidos pela Administração, de modo a assegurar a efetividade da execução contratual;
- f) Fornecer respostas, esclarecimentos e deliberações dentro de prazos razoáveis, evitando atrasos ou prejuízos à continuidade dos serviços;
- g) Adotar todas as medidas administrativas necessárias para viabilizar o bom andamento da execução contratual, inclusive tratando internamente de eventuais entraves que possam impactar a execução do objeto;
- h) Promover, quando pertinente, a conferência, verificação e aceite dos produtos, etapas ou serviços entregues, registrando formalmente sua aprovação ou a necessidade de ajustes;
- i) Assegurar à empresa detentora da ata de registro de preços condições mínimas de segurança e de organização dos ambientes que estiverem sob responsabilidade da Administração, de forma a não comprometer a execução dos serviços;
- j) Cumprir com as obrigações financeiras decorrentes do serviço prestado dentro dos prazos legais e contratuais, observadas as formalidades e condições estipuladas para medição e pagamento;
- k) Observar a legislação vigente, especialmente as normas de licitações e contratos, adotando postura colaborativa e diligente na condução da relação contratual;
- l) Evitar ingerências indevidas na gestão interna da empresa detentora da ata de registro de preços, limitando-se a exigir o cumprimento das obrigações contratuais, sem prejuízo de determinar correções quando necessárias.
- m) Além do cumprimento das demais hipóteses já definidas na Lei Federal n. 14.133/2021 e Decreto Municipal n. 4367/2024.

DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS QUANDO NECESSÁRIO:

a) Qualquer eventual citação e/ou menção quanto a marca/modelo que porventura constem deste documento configuram-se como simples referência para cotação dos materiais/serviços solicitados, sendo que serão aceitos similares, equivalentes ou de tecnologia/qualidade superior.

b) As especificações dos itens/serviços acima foram elaboradas nos termos do artigo 40, §1º, inciso I da Lei nº 14.133/21.

c) Eventuais medidas, dimensões ou outros padrões métricos definidos nos itens objeto deste documento são valores aproximados podendo haver tolerância de no máximo 10mm.

3. SECRETARIA(S) REQUISITANTE(S)

Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer – SEMJEL
Av. dos Imigrantes, 3237 – Bairro Lavapés CEP: 12.908-590 - Bragança Paulista – SP
Email: semjel@braganca.sp.gov.br Fone: (11) 4032-2822

A Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer é a única secretaria demandante da presente contratação por ser o órgão legalmente competente e diretamente responsável pelo planejamento, coordenação, execução e manutenção das políticas públicas de esporte, lazer e atividades recreativas no âmbito municipal.

Compete a esta Secretaria a gestão, administração e conservação dos equipamentos esportivos públicos, incluindo quadras poliesportivas, campos de futebol society e demais espaços destinados à prática esportiva, dentre os quais se inserem os Centros de Integração de Lazer e Esportes – CILES.

As traves de futebol society e futsal constituem equipamentos específicos de uso esportivo, vinculados exclusivamente às atividades finalísticas desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer, não se enquadrando nas atribuições institucionais das demais secretarias municipais, as quais possuem competências distintas e alheias à gestão direta desses equipamentos.

Dessa forma, justifica-se que a presente demanda seja formalizada exclusivamente por esta Secretaria, uma vez que é a única unidade administrativa com atribuição técnica, operacional e legal para identificar a necessidade, definir as especificações e acompanhar a instalação e utilização dos referidos equipamentos, garantindo a adequada aplicação dos recursos públicos e o atendimento ao interesse público.

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA AQUISIÇÃO / CONTRATAÇÃO - DIRETRIZES QUE NORTEARÃO ESTE ETP.

4.1. As especificações **mínimas** dos serviços / itens encontrar-se-ão no item 02 deste documento.

4.2. Os serviços / itens licitados (objeto deste documento) e futuramente prestados/ entregues, deverão atender, *sempre quando for o caso*, todas as normas e padrões estabelecidos a seguir:

a) Critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos, sempre quando for o caso, os requisitos contidos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

b) Normas de Segurança em Edificações, do CREA/CAU e equivalentes;

c) Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT;

d) Normas e Instruções de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho;

e) Normas da ANVISA; INMETRO e Código de Defesa do Consumidor;

f) Leis, Decretos, Regulamentos e Dispositivos legais emitidos pelas autoridades governamentais, em âmbito Municipal, Estadual e Federal e pertinentes à execução dos serviços ora contratados, inclusive procedimentos exigidos pela SESMT, através do MEMO SMA/SESMT nº 005/2021 e MEMO SMA / SESMT nº 048/2023, do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho/SESMT da Prefeitura Municipal de Bragança Paulista.

g) O licitante interessado em participar do certame poderá, com o acompanhamento de servidor desta Prefeitura, realizar visita técnica (*não obrigatória*) aos locais para execução dos serviços / fornecimento do objeto deste termo de referência. A vistoria é **FACULTATIVA**, sendo que as empresas interessadas deverão agendá-la com antecedência. A visita técnica poderá ser realizada até o último dia útil anterior a realização do certame.

Agendamento visita técnica facultativa:

LEONARDO (11) 4034-2822 E-MAIL: semjel@braganca.sp.gov.br

g1. A empresa que optar por não realizar a visita técnica será, para todos os efeitos legais, automática e irrevogavelmente considerada detentora de pleno conhecimento das condições físicas, operacionais e ambientais do local destinado à execução dos serviços/fornecimento. A simples apresentação da proposta configurará declaração tácita e inequívoca de que o licitante examinou todas as informações disponíveis, assumindo integral responsabilidade pelas condições existentes. Fica, portanto, expressamente vedada qualquer alegação futura de desconhecimento, omissão, surpresa técnica ou necessidade de adequações decorrentes de circunstâncias que poderiam ter sido verificadas mediante a vistoria facultativa, nos termos dos princípios da boa-fé objetiva, do julgamento objetivo e da segurança jurídica previstos na Lei nº 14.133/2021.

h) Os licitantes interessados deverão apresentar todos os documentos de ordem: jurídica; fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, conforme o caso, previstos na Lei Federal n. 14.133/2021, sendo observado as seguintes justificativas:

a) Habilitação econômico-financeira

Justificativa - Exigência apenas do Art. 69, II, da Lei nº 14.133/2021 (econômico-financeira)

Nos termos do art. 69 da Lei nº 14.133/2021, a habilitação econômico-financeira deve ser dimensionada de forma proporcional ao risco da contratação, cabendo à Administração, no exercício de sua discricionariedade técnica, definir quais documentos são necessários para comprovar a aptidão dos licitantes. No presente caso, optou-se fundamentadamente pela exigência exclusiva do inciso II certidão negativa de feitos sobre falência — pelas razões a seguir expostas:

1. O objeto licitado é simples, padronizado e de reduzida complexidade operacional, não apresentando risco financeiro que justifique a imposição de requisitos contábeis mais rigorosos, como os previstos no inciso I (balanço patrimonial, demonstrações contábeis e DRE).
2. A exigência de demonstrações contábeis somente se justifica quando o objeto ou a execução contratual demandam robusta análise econômico-financeira, o que não é o caso. Para este tipo de contratação, a certificação de que a empresa não se encontra em estado de falência é suficiente para resguardar o interesse público.
3. A Administração, apoiada nos princípios da proporcionalidade, razoabilidade, eficiência, economicidade e ampliação da competitividade (Lei 14.133/2021), deve evitar exigências excessivas que não guardem relação com o risco do objeto. Exigir documentos complexos e desnecessários violaria tais princípios e poderia restringir a participação de licitantes aptos, sem ganho efetivo de segurança contratual.
4. A adoção apenas do inciso II constitui solução juridicamente adequada e tecnicamente suficiente, pois assegura o controle mínimo indispensável da situação econômico-jurídica das empresas, sem impor cargas desproporcionais e sem desvirtuar a natureza simples e padronizada do objeto. Dessa maneira, a decisão pela exigência exclusiva do art. 69, II revela-se correta, proporcional, tecnicamente alinhada ao risco da contratação e plenamente compatível com o regime jurídico estabelecido pela Lei nº 14.133/2021, garantindo segurança sem burocracia excessiva.

j) Subcontratação e Consórcio:

a) Vedação à subcontratação.

Fica vedada a subcontratação do objeto contratual. A restrição justifica-se porque o serviço pode ser integralmente executado pela própria contratada, não havendo necessidade de repassar etapas ou responsabilidades a terceiros. A execução direta garante maior controle técnico, operacional e administrativo, assegura a qualidade do resultado e evita riscos decorrentes de intermediários que não passaram pelo processo licitatório. Dessa forma, a Administração mantém a rastreabilidade das ações, a responsabilização clara da contratada e a integridade das condições inicialmente avaliadas no certame.

b) Admissão de consórcios

Será admitida a participação de consórcios, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021. Essa possibilidade amplia o universo de concorrentes e permite que empresas reúnam suas capacidades técnicas, operacionais e econômico-financeiras para melhor atender às exigências do objeto. A formação de consórcios tende a aumentar a competitividade, reduzir riscos e propiciar propostas mais vantajosas à Administração, sem comprometer a fiscalização ou a unidade de execução, já que o consórcio apresenta uma única proposta e assume responsabilidade solidária pelas obrigações contratuais.

Assim, a vedação à subcontratação protege a execução direta e qualificada do objeto, enquanto a permissão de consórcios garante ampla participação e a reunião legítima de competências, equilibrando eficiência, segurança jurídica e competitividade.

4.3. Justificativa para a Adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP):

A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) para a presente contratação fundamenta-se nos dispositivos da Lei nº 14.133/2021, especialmente no art. 82, e é motivada pela necessidade de garantir maior eficiência, economicidade e flexibilidade no atendimento das demandas públicas e ainda relavamos o quanto segue:

- a) Justificamos que a licitação seja realizada na modalidade de pregão eletrônico utilizando o procedimento auxiliar de Sistema de Registro de Preços, com vigência de 12 (doze) meses (*podendo ser prorrogado nos termos da Lei*), tendo em vista que a demanda dos itens/serviços descritos neste documento é variável.
- b) Destaca-se que a última aquisição desses produtos também foi realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, sem quaisquer problemas ou impasses identificados durante sua vigência.
- c) Justificamos ainda que esta é a melhor opção, uma vez que, embora exista uma estimativa do quantitativo de consumo, tal fator é altamente variável e imprevisível. Dessa forma, as solicitações serão realizadas conforme a necessidade concreta, evitando gastos desnecessários para a Administração Pública,
- d) Ademais, a presente solicitação é motivada pelo encerramento das contratações anteriores, sendo imprescindível dar continuidade ao atendimento das necessidades administrativas e operacionais.

Além disso, ainda podemos acrescentar mais elementos de justificativa em favor da escolha do Sistema de Registro de Preços:

- a) São itens de uso recorrente, cujo consumo pode variar conforme as demandas administrativas;
- b) Possuem especificações padronizadas, o que possibilita a apresentação de propostas competitivas e vantajosas;

- c) Demandam fornecimento parcelado ao longo da vigência da ata;
- d) A adoção do SRP assegura economia de escala, ao consolidar diversas demandas em um único processo licitatório;
- e) Reduz custos administrativos, eliminando a necessidade de múltiplas licitações sucessivas;
- f) Proporciona flexibilidade para atender às necessidades concretas, permitindo solicitações conforme conveniência e oportunidade;
- g) Garante maior transparência e possibilita ampla participação de fornecedores, promovendo aumento da competitividade;
- h) É indicado quando as características do bem ou serviço exigirem contratações frequentes;
- i) É conveniente para aquisição de bens com entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou por tarefa;
- j) Atende situações em que a aquisição de bens ou serviços deve contemplar mais de um órgão, entidade ou programa de governo; e
- k) É adequado quando, pela natureza do objeto, não é possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Conclusão

Conclui-se que a adoção do Sistema de Registro de Preços, com vigência de 12 (doze) meses — prorrogável nos termos da legislação aplicável — apresenta-se como a solução mais eficiente, segura e estrategicamente adequada para o atendimento das demandas do órgão contratante. Tal modalidade se mostra plenamente compatível com a natureza do objeto, caracterizado por itens de consumo recorrente, especificações padronizadas, necessidade de entregas parceladas e variação de demanda ao longo do período.

O SRP proporciona expressiva economia de escala ao consolidar diversas necessidades em um único procedimento licitatório, além de reduzir significativamente os custos administrativos decorrentes da abertura de múltiplas licitações sucessivas. Oferece, ainda, elevada flexibilidade para o atendimento das demandas reais, permitindo que as contratações ocorram somente quando necessárias, evitando desperdícios, eliminando a formação de estoques excessivos e assegurando o uso racional e responsável dos recursos públicos.

Tais vantagens encontram amparo direto na Lei nº 14.133/2021, que, ao disciplinar o Sistema de Registro de Preços como instrumento auxiliar das contratações públicas, reforça sua aplicação em cenários que demandam previsibilidade, planejamento, padronização e

eficiência. A legislação destaca a importância do SRP para contratações frequentes, entregas parceladas, aquisições destinadas a múltiplos órgãos e situações em que não seja possível definir previamente o quantitativo a ser demandado, corroborando exatamente os elementos técnicos apresentados neste processo.

Diante disso, evidencia-se que a escolha pelo Sistema de Registro de Preços não apenas atende aos requisitos legais, como também se harmoniza integralmente com os princípios da administração pública — em especial eficiência, economicidade, planejamento, transparência e supremacia do interesse público — configurando-se como a alternativa mais vantajosa e juridicamente adequada para a satisfação das necessidades administrativas.

5. PESQUISA DE PREÇOS

Fonte: Os orçamentos são atualizados – Todas as cotações foram obtidas dentro do período máximo de seis meses exigido pela legislação, garantindo a aderência dos preços às condições de mercado vigentes e evitando distorções que possam comprometer o orçamento estimado.

6. JULGAMENTO POR ITEM / JUSTIFICATIVA

a. A jurisprudência consolidada e o entendimento doutrinário indicam que o critério de julgamento das licitações deve ser, preferencialmente, o de menor preço por item, conforme preconiza a Lei nº 14.133/2021. Esse critério, amplamente utilizado, é fundamentado na busca pela maximização da competitividade e na garantia da isonomia entre os licitantes.

b. Embora seja possível, com a devida motivação e justificativas técnicas, optar por critérios como menor preço por lote/grupo ou maior desconto incidente sobre tabela referencial oficial, a escolha do critério de menor preço por item apresenta vantagens técnicas e econômicas significativas.

6.1 Justificativa técnica e econômica:

a. **Maior Competitividade:** O julgamento por item permite a participação de um número mais amplo de fornecedores, incluindo micro e pequenas empresas que, muitas vezes, não possuem capacidade operacional ou financeira para atender a um lote ou grupo de itens. Isso atende diretamente ao princípio da ampla competitividade, assegurado pela legislação.

b. **Preservação da Igualdade:** Este critério evita a formação de barreiras artificiais à concorrência, garantindo que os licitantes sejam avaliados com base em condições equitativas. Assim, empresas especializadas em itens específicos podem competir de forma justa, o que não ocorre necessariamente nos julgamentos por lote.

c. **Eficiência Econômica:** A adoção do critério de menor preço por item tende a resultar em contratações mais vantajosas para a Administração, uma vez que possibilita a obtenção de propostas mais competitivas em cada item individual. Nos casos de julgamento por lote, há o risco de que a competitividade em itens de maior valor seja diluída em função de preços menos competitivos em itens de menor relevância.

d. **Mitigação de Riscos:** O julgamento por item reduz o risco de inexecução contratual, visto que, em caso de inadimplemento, a Administração Pública terá apenas aquele item específico comprometido, e não todo o lote. Isso assegura maior flexibilidade para o cumprimento do objeto contratado.

e. **Adequação às Necessidades da Administração:** A aquisição por item permite maior aderência às necessidades específicas da Administração, possibilitando a seleção de fornecedores mais qualificados para atender itens distintos, em vez de contratar um único fornecedor para um conjunto de itens que podem ter naturezas e especializações diferentes.

Dessa forma, entende-se que o julgamento pelo critério de menor preço por item é o mais adequado ao presente processo licitatório, assegurando o cumprimento dos princípios da eficiência, economicidade e isonomia, que norteiam a contratação pública.

7. ESTIMATIVA GLOBAL DA CONTRATAÇÃO

O preço estimado global desta aquisição/contratação é de R\$ 572.793,32 (quintos e setenta e dois mil, setecentos e noventa e três reais e trinta e dois centavos – **consoante preços unitários** constantes no ITEM 02 deste documento.

8. JUSTIFICATIVA PARA A NÃO ADOÇÃO DO PARCELAMENTO

a. A fragmentação da contratação, com a entrega de um mesmo item por diversos fornecedores, não se revela viável, especialmente devido às dificuldades operacionais e logísticas que essa medida imporia à Administração.

b. A adoção de múltiplos fornecedores para um único item comprometeria a padronização dos produtos entregues, podendo resultar em diferenças de especificações técnicas, variações de qualidade e até incompatibilidade entre lotes fornecidos. Essa situação geraria dificuldades no controle de estoque, na rastreabilidade dos insumos e na execução dos contratos, tornando a gestão administrativa mais complexa e onerosa.

c. Além disso, a necessidade de controle individualizado de diversos contratos para um mesmo item aumentaria significativamente a carga burocrática, exigindo maior esforço na fiscalização, no recebimento e na conferência de mercadorias. Esse cenário poderia comprometer a continuidade dos serviços públicos essenciais, uma vez que possíveis atrasos ou inconsistências entre fornecedores afetariam o abastecimento regular da Administração.

d. Dessa forma, a aquisição será realizada por item, sendo o fornecedor vencedor o responsável exclusivo pela entrega da totalidade do quantitativo eventualmente quando solicitado, garantindo homogeneidade, rastreabilidade e conformidade com as especificações exigidas.

e. Portanto, justifica-se a impossibilidade de parcelamento da contratação, uma vez que a centralização do fornecimento por item é essencial para assegurar a eficiência operacional, a segurança na execução contratual e a padronização dos insumos adquiridos.

9. RESULTADOS PRETENDIDOS / LEVANTAMENTO DE MERCADO / SOLUÇÃO COMO UM TODO.

- a) O resultado pretendido desta demanda, espera-se alcançar os seguintes resultados:
- Disponibilizar infraestrutura esportiva adequada, segura e padronizada nas quadras e campos dos Centros de Integração de Lazer e Esportes – CILES;
 - Garantir melhores condições para a prática esportiva, recreativa e de lazer da população;
 - Substituir equipamentos obsoletos ou danificados, reduzindo riscos de acidentes;
 - Atender de forma contínua e eficiente às demandas das unidades esportivas, conforme necessidade da Administração;
 - Promover a valorização dos espaços públicos e o fortalecimento das políticas públicas de esporte e lazer;
 - Assegurar maior durabilidade dos equipamentos, com redução de custos de manutenção corretiva.

b) Levantamento de mercado

Foi realizado levantamento de mercado por meio de pesquisas junto a fornecedores especializados em equipamentos esportivos, análise de contratações similares realizadas por outros entes públicos e consulta a preços praticados no mercado.

Constatou-se a existência de diversos fornecedores aptos a atender à demanda, oferecendo produtos com especificações compatíveis e serviços de instalação, o que evidencia a viabilidade da contratação e a competitividade do mercado.

Foram analisadas as seguintes alternativas:

- a) **Aquisição direta com contratação individual por unidade** – alternativa considerada menos eficiente, em razão da necessidade de múltiplos procedimentos licitatórios.

b) **Aquisição sem serviço de instalação** – alternativa que demandaria contratação adicional de mão de obra, elevando custos e complexidade administrativa.

c) **Registro de Preços para fornecimento com instalação inclusa** – alternativa considerada mais vantajosa, por permitir contratações conforme a demanda, maior economicidade, padronização e redução de retrabalho administrativo.

A solução escolhida é o **Registro de Preços para fornecimento de traves de futebol society e futsal, com redes e instalação inclusas**, a serem contratadas de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, durante a vigência da Ata.

Tal solução assegura eficiência administrativa, flexibilidade operacional e melhor aproveitamento dos recursos públicos.

Além das hipóteses já descritas nesse ETP, a escolha do Sistema de Registro de Preços fundamenta-se, *ainda*, nas seguintes razões:

- ✓ **Flexibilidade nas Contratações:** O Sistema de Registro de Preços possibilita à Administração Pública realizar contratações conforme a necessidade, sem que haja a obrigação de firmar compromissos imediatos, garantindo maior flexibilidade e eficiência no processo.
- ✓ **Atendimento a Demandas Variáveis:** O uso do Sistema de Registro de Preços permite que a Administração ajuste suas contratações de acordo com as flutuações de demanda, o que é especialmente útil para compras e serviços que não têm uma previsão fixa de quantidade ou volume.
- ✓ **Otimização de Recursos Públicos:** O Sistema de Registro de Preço garante que a Administração adquira bens e serviços a preços previamente acordados e em condições vantajosas, evitando a necessidade de novas licitações para cada compra / contratação e, assim, promovendo uma gestão mais eficiente do orçamento.
- ✓ **Redução de Custos Operacionais e Administrativos:** A adoção do Sistema de Registro de Preços permite que as aquisições/contratações sejam realizadas com menos burocracia e em menor tempo, simplificando o processo licitatório e reduzindo custos operacionais relacionados à preparação de novas licitações.
- ✓ **Conformidade com a Lei nº 14.133/2021:** A escolha do Sistema de Registro de Preços da modalidade está plenamente em conformidade com os princípios e normas estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021, o que assegura a transparência, a isonomia e a legalidade de todas as contratações realizadas por meio deste procedimento.
- ✓ **Melhor Planejamento e Eficiência nas Compras:** Ao utilizar o Sistema de Registro de Preços, a Administração tem a oportunidade de planejar suas aquisições com antecedência, garantindo melhores condições contratuais e evitando compras emergenciais e desorganizadas.
- ✓ **Maior Competitividade:** O Sistema de Registro de Preços facilita a participação de diversos fornecedores, promovendo a competitividade e, conseqüentemente, a obtenção de

melhores propostas em termos de preço e qualidade.

- ✓ **Exemplo de Sucesso em Outras Cidades:** O Sistema de Registro de Preços tem sido amplamente utilizada com sucesso por diversos municípios da região, inclusive Bragança Paulista, demonstrando sua eficiência e eficácia na gestão pública. Diversas cidades da região já adotam o sistema de) registro de preços de forma consolidada, alcançando resultados positivos, com aquisição de bens e serviços de qualidade a preços mais acessíveis e com maior agilidade.
- ✓ **Adaptação às Necessidades da Administração:** O Registro de Preços é uma ferramenta que possibilita à Administração adaptar suas aquisições ao contexto econômico, fiscal e às necessidades emergenciais do município, sem comprometer o cumprimento das metas orçamentárias.
- ✓ **Garantia de Conformidade e Segurança Jurídica:** O Sistema de Registro de Preços oferece maior segurança jurídica, uma vez que todos os atos administrativos estão formalizados e regulados pela legislação vigente, minimizando riscos de questionamentos e litígios futuros.
- ✓ **Formação de estoques virtuais:** Sem a necessidade de possuir um lugar adequado para o depósito dos produtos. O órgão público não dispense recursos com a construção e manutenção de um depósito central, pois cada vez que há necessidade de algum produto, basta solicitar a empresa detentora da Ata de Registro de Preço para entregar no local estabelecido nas cláusulas;

OUTRAS ALTERNATIVAS AO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS / INVIÁVEIS.

Pregão com contrato (sem ser srp): Limitação para contratações futuras: Exige nova licitação para cada contratação, mesmo em compras recorrentes, o que gera mais processos burocráticos. Menor flexibilidade para variação na demanda gerando compromisso para as duas partes no cumprimento integral do contrato.

Concorrência/contrato: Excesso de formalismo e tempo: Processo demorado e burocrático, não adequado para aquisições de rotina ou com necessidade de agilidade. Dificuldade em atender demandas gerando compromisso para as duas partes no cumprimento integral do contrato.

Portanto, a adoção do **Sistema de Registro de Preços** justifica-se pela sua flexibilidade, eficiência na gestão de recursos, resultados comprovados em outras cidades da região, além de estar em total conformidade com as exigências da Lei nº 14.133/2021, garantindo uma contratação pública mais eficiente e vantajosa.

10. SOLUÇÃO COMO UM TODO

a. A aquisição do serviço/bem em questão tem como objetivo atender de forma integral as necessidades previamente relatadas, conforme detalhado neste documento, bem como

garantir a satisfação das demandas de toda a população de Bragança Paulista envolvida. A contratação permitirá que todos os requisitos previstos sejam cumpridos com eficiência, dentro dos parâmetros estabelecidos, assegurando que os resultados atendam plenamente às expectativas da Administração e da comunidade.

b. Com a aquisição do serviço/bem, será possível atender de maneira abrangente e eficaz todas as necessidades previstas, proporcionando a implementação completa e satisfatória da iniciativa. A escolha deste objeto garante que todos os pontos destacados nos documentos serão atendidos, sem lacunas ou falhas, impactando positivamente a população de Bragança Paulista, que se beneficiará diretamente dos resultados esperados.

c. Portanto, a aquisição do serviço/bem, será fundamental para alcançar os objetivos estabelecidos, garantindo que a execução atenda a todos os aspectos previstos e impacte de forma positiva e eficaz toda a comunidade envolvida.

11. FISCALIZAÇÃO / PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) / Gestor(es) do contrato ou pelos respectivos substitutos (Lei Federal nº 14.133/2021 art. 117 caput), sendo suas atribuições aquelas previstas no Decreto Municipal nº4.367/2024 e atualizações – Seção VI (Da gestão do contrato) e Seção VII (Do fiscal do Contrato).

12. PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL

A presente contratação não consta no Plano de Contratações Anual em razão de a demanda ter sido identificada posteriormente à elaboração e consolidação do referido plano, decorrente de situações supervenientes verificadas nas quadras e campos dos Centros de Integração de Lazer e Esportes – CILES.

Durante o período de execução das atividades esportivas, constatou-se o agravamento do estado de conservação das traves existentes, bem como a necessidade de substituição imediata por motivos de segurança, em razão do desgaste estrutural provocado pelo uso contínuo e pela exposição às intempéries.

Ressalta-se, ainda, que o Plano de Contratações Anual possui caráter orientador e dinâmico, podendo ser revisto e atualizado conforme novas demandas identificadas ao longo do exercício, nos termos da legislação vigente. Assim, a ausência da contratação no referido plano não inviabiliza sua realização, especialmente quando demonstrado o interesse público, a necessidade operacional e a adequação orçamentária.

Dessa forma, a contratação mostra-se necessária e justificada, visando garantir a continuidade das atividades esportivas, a segurança dos usuários e a adequada manutenção dos equipamentos públicos.

13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Contratações correlatas são aquelas que guardam relação com o objeto principal, interligando-se a essa prestação do serviço, mas que não precisam, necessariamente, ser contratadas para a completa prestação do objeto principal. Já as contratações interdependentes são aquelas que precisam ser contratadas juntamente com o objeto principal para sua completa prestação. Entendemos não haver para o objeto em questão a previsão de contratação correlata e nem interdependente.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Não se vislumbra a ocorrência de possíveis impactos ambientais gerados pela contratação em estudo, contudo, a contratada deverá conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e a saúde dos trabalhadores e envolvidos na execução do objeto.

15. MAPEAMENTO DE RISCOS

O mapeamento de riscos permite a identificação, avaliação e gerenciamento dos riscos que possam comprometer o sucesso da aquisição/contratação e gestão contratual. Para identificar o risco, define-se a probabilidade de ocorrências de eventos, os possíveis danos potenciais, possíveis ações preventivas e contingências, bem como identificação dos responsáveis por ação, conforme listamos:

FASE DE ANÁLISE

PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR

RISCO 01 - IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

Possíveis causas: excesso de formalismos; restrições nos requisitos de habilitação; deficiências do ato convocatório; critérios de julgamento, prazos e sanções, entre outros

Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Id	Dano		
1.	Atraso no procedimento licitatório.		
2.	A continuidade do serviço poderá ser comprometida.		
Id	Ação Preventiva	Responsável	



1.	Análise pormenorizada dos itens exigidos no Edital, de forma a não extrapolar as regulamentações previstas em Lei.	Equipe de planejamento
2.	Especificar o serviço de forma concisa e coerente com o que o mercado pode oferecer.	Equipe de planejamento
3.	Observar atentamente as regulamentações na condução do processo licitatório.	Equipe de planejamento / Gestor / Fiscal
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Tomar as providências necessárias ao saneamento do processo no menor prazo possível, de modo a permitir a realização da licitação.	DLCA

RISCO 02 - LICITAÇÃO RESULTA SEM VENCEDOR HABILITADO

Possíveis causas: ausência de fornecedores com possibilidade de serem habilitados; ineficácia na divulgação da licitação;

Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta

Id	Dano		
-----------	-------------	--	--

- Atraso no procedimento licitatório.
- A continuidade do serviço poderá ser comprometida.

Id	Ação Preventiva	Responsável
-----------	------------------------	--------------------

- Verificar a existência de empresas em condições de executar o serviço a ser contratado.

- Verificar as exigências solicitadas e analisar se encontram compatíveis com a realidade do mercado.

- Dar ampla publicidade ao edital.

Id	Ação de Contingência.	Responsável
-----------	------------------------------	--------------------

- Verificar a possibilidade legal de concessão de prazos para que as empresas participantes se adequem às exigências requeridas, ou:

- Avaliar a possibilidade de proceder à contratação direta por dispensa de licitação.

- Revisar exigências do edital e realizar nova licitação.

RISCO 03 - ESTIMATIVA DE PREÇO EM DESCOMPASSO COM OS VALORES PRATICADOS NO MERCADO

Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta

Id	Dano		
1.	Licitação fracassada (descontinuidade do serviço) ou contratação por preço elevado		
Id	Ação Preventiva	Responsável	

- Realizar extensa e adequada pesquisa de mercado.

Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Revisar os preços orçados e realizar nova licitação	Secretaria competente

RISCO 04 - CONTRATADA DEIXA DE ATENDER AS CONDIÇÕES ECONÔMICAS/TÉCNICAS PARA PRESTAR O SERVIÇO

Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta

Id	Dano
1.	Possibilidade de inexecução e rescisão do contrato, prejudicando a conclusão do serviço.

Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Prestar especial atenção na análise da documentação da empresa que atesta sua habilitação econômica, financeira e técnica.	FISCAL / GESTOR
2.	Fiscalizar o contrato, atentando para a devida qualidade técnica na realização das atividades e para a manutenção das condições de contratação exigidas na habilitação.	FISCAL / GESTOR

Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Comunicação tempestiva e reiterada à empresa para regularização das pendências apontadas	FISCAL / GESTOR
2.	Abertura de processo administrativo para averiguação do problema e apuração de responsabilidade.	FISCAL / GESTOR
3.	Aplicação de penalidades	FISCAL / GESTOR
4.	Convocar segunda colocada para conclusão dos serviços.	FISCAL / GESTOR

RISCO 05 - SERVIÇO PRESTADO DE FORMA INSATISFATÓRIA E/OU DEFICIENTE

Probabilidade:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alta

Id	Dano
1.	Interferência na qualidade dos serviços prestados ao Município
2.	Descumprimento das cláusulas contratuais.
3.	Interrupção dos serviços prestados ao Município

Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Estabelecer comunicação com a empresa, informando de maneira clara como devem ser executados os serviços, inclusive com o nível de qualidade esperado, de forma a garantir que a empresa tenha plena ciência e conhecimento do resultado a ser entregue.	FISCAL / GESTOR

Id	Ação de Contingência	Responsável
----	----------------------	-------------



1.	Comunicação tempestiva e reiterada à empresa para regularização das pendências apontadas	FISCAL / GESTOR
2.	Abertura de processo administrativo para averiguação do problema e apuração de responsabilidade.	FISCAL / GESTOR
3.	Aplicação de penalidades	FISCAL / GESTOR

RISCO 06 - OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRABALHO

Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alta
Id	Dano		
1.	Ferimento de funcionário terceirizado. Em casos extremos, inclusive com possibilidade de morte.		
2.	Possibilidade de acionamento judicial do Município		
Id	Ação Preventiva	Responsável	
1.	Previsão da exigência de equipamentos de proteção individual (EPs) nas especificações técnicas do termo de referência.	FISCAL / GESTOR	
2.	Fiscalizar e exigir o uso de EPs pelos funcionários terceirizados.	FISCAL / GESTOR	
Id	Ação de Contingência	Responsável	
1.	Abertura de processo administrativo para averiguação do problema e apuração de responsabilidade.	FISCAL / GESTOR	
2.	Em caso de acionamento judicial, apresentar defesa técnica.	FISCAL / GESTOR	

RISCO 07 - EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E TÉCNICA DESPREPARADA.

Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alta
Id	Dano		
1.	Fiscalização de execução contratual realizada de forma deficiente, gerando riscos como conferência incorreta da documentação contratual, deficiência no cumprimento de obrigações legais, entrega de serviços abaixo da qualidade acordada, entre outros.		
Id	Ação Preventiva	Responsável	
1.	Realizar cursos para formação e aperfeiçoamento da equipe de fiscalização do contrato, antes do início da vigência.	FISCAL / GESTOR	
2.	Orientar os fiscais (por servidores que já tenham experiência com fiscalização de contrato).	FISCAL / GESTOR	
Id	Ação de Contingência	Responsável	
1.	Adotar providências necessárias à regularização da fiscalização e para qualificação dos servidores responsáveis.	FISCAL / GESTOR	

2.	Solicitar suporte da área técnica especializada.	FISCAL / GESTOR
----	--	-----------------

RISCO 08 - DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E FGTS.

Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alta
Id	Dano		
1.	Empresa deixa de realizar o pagamento dos salários e aprovisionar e recolher as contribuições trabalhistas referentes aos seus funcionários.		
Id	Ação Preventiva	Responsável	
1.	Adotar a Conta Vinculada, bloqueada para movimentação, para retenção e aprovisionamento dos valores referentes às obrigações trabalhistas no momento do pagamento.	FISCAL / GESTOR	
2.	Prever a utilização dos valores relativos ao pagamento do contrato para a realização de pagamento direto aos funcionários.	FISCAL / GESTOR	
Id	Ação de Contingência	Responsável	
1.	Utilizar os valores retidos em conta vinculada para o recolhimento dos valores devidos referentes às obrigações trabalhistas.	FISCAL / GESTOR	
2.	Reter os valores de pagamentos mensais para realizar pagamentos diretamente aos funcionários.	FISCAL / GESTOR	
3.	Reter os valores de pagamentos mensais para realizar pagamentos das verbas previdenciárias dos funcionários	FISCAL / GESTOR	
4.	Interpelar a empresa para regularização das obrigações previdenciárias e trabalhistas.	FISCAL / GESTOR	

*DLCA: Divisão de Licitações, Compras e Almoxarifado

16. DESIGNAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO

A equipe de planejamento ficará responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento de todas as etapas do Estudo Técnico Preliminar - ETP.

MARCELO DE LIMA - ASSESSOR DE GABINETE

LEONARDO SOUSA DE MORAES - ASSESSOR DE SECRETARIA

VALDEMIR PINTO - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

17. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, PORTARIAS, ETC

Documentos podem ser acessados na pasta virtual:

<https://drive.google.com/drive/folders/1KZfcJqfanAwrRxVHuXUXC4mds8yKdri7?usp=sharing>

- Decreto Municipal nº 4.367/2024 - Dispõe sobre normas de licitação e contratos administrativos para a Administração Pública do Município de Bragança Paulista, nos termos previstos na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como consolida a regulamentação da matéria em âmbito municipal;
- Decreto Municipal n.º 4640/2025 - Altera o Decreto nº 4.367, de 10 de Janeiro de 2024, que dispõe sobre normas de licitação e contratos administrativos para a Administração Pública do Município de Bragança Paulista, nos termos previstos na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como consolida a regulamentação da matéria em âmbito municipal;
- Decreto Municipal nº 4.444/2024 - Regulamenta a dispensa de licitação, sob a forma eletrônica, conforme disposto nos incisos `I` e `II` do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- Decreto Municipal n.º 2323/2016 - Disciplina o tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas - ME e às empresas de pequeno porte - EPP no âmbito do Município de Bragança Paulista para contratações públicas de bens, serviços e obras, em conformidade com os artigos 42 e 49 da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com alterações instituídas pela Lei Complementar Federal nº 147, de 7 de agosto de 2014, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;
- Decreto Municipal n. 4.739 de 26 de Junho de 2025. Altera o Decreto n.º 4.367, de 10 de janeiro de 2024, que dispõe sobre normas de licitação e contratos administrativos para a Administração Pública do Município de Bragança Paulista, nos termos previstos na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como consolida a regulamentação da matéria em âmbito municipal;
- Decreto Municipal n. 4.809/2025 – Dispõe de ordem cronológica de pagamentos;
- Memo SMA/SESMT n. 005/2021 e 048/2023;
- Lei nº 1999 - DE 12/12/1984 - Código tributário do Município de Bragança Paulista;
- Portaria nomeação dos pregoeiros;
- Portaria Gestor e Fiscal;
- Endereços das Secretarias Municipais.

18. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

A equipe de planejamento declara ser **viável** a solução ora empregada.

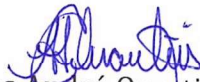
19. JUSTIFICATIVA DA VIABILIDADE

A equipe de planejamento declara viável a aquisição/contratação do objeto com base neste ETP, consoante disposições legais vigentes, bem como declara que os orçamentos coletados são compatíveis com o mercado atual.

BRAGANÇA PAULISTA, 25 de março de 2026.



Marcelo de Lima



Carlos André Quartieri Alves

ANEXO V

TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de traves esportivas para futebol society e futsal, com fornecimento de redes e serviços de instalação inclusos, destinadas às quadras e campos society dos Centros de Integração de Lazer e Esportes – CILES, conforme condições, quantidades e especificações estabelecidas neste documento.

2. JUSTIFICATIVA

A contratação justifica-se pela necessidade de implantação, substituição e padronização das traves esportivas utilizadas nos CILES, visando garantir:

- Segurança dos usuários;
- Adequação às normas esportivas;
- Melhoria da infraestrutura de esporte e lazer;
- Atendimento contínuo às atividades esportivas, recreativas e sociais promovidas pela Administração Pública.

O Registro de Preços possibilita maior eficiência administrativa, economicidade e flexibilidade na execução das aquisições.

3. SECRETARIAS REQUISITANTES

Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer – SEMJEL

Av. dos Imigrantes, 3237 – Bairro Lavapés CEP: 12.908-590 - Bragança Paulista – SP

Email: semjel@braganca.sp.gov.br Fone: (11) 4032-2822

4. PRODUTOS / ESPECIFICAÇÕES (QUANTIDADE ESTIMADA / UND /PREÇO UNIT/PREÇO TOTAL)

ITENS PARA AMPLA DISPUTA - 75% DA QUANTIDADE

ITEM	DESCRIPTIVO	QTD	UNID	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	<p>Traves c/rede p/futebol society instalados - medidas 6m X 2,20m - Com estrutura produzida em tubos de aço carbono de 03", galvanizado, modelo desmontável, requadro inteiriço em tubo de 01", com ganchos para melhor fixação da rede, com acabamento em pintura eletrostática ou similar na cor branca; Tipos de Fixação: BUCHA (encaixada no furo da quadra) ou PARAFUSADA (com parafusos chumbadores ou similar). REDE: confeccionada em fio de 6mm, 100% polipropileno, proteção contra raios UVB / UVR; malha 14X14 cm, medindo 6 metros de largura por 2,20 metros de altura por 1 metro de recuo superior x 1 metro de recuo inferior. Garantia de no mínimo 24 meses contra efeitos naturais do sol e chuva (intempéries); conforme regras da modalidade. Incluindo: MÃO DE OBRA, MATERIAIS E ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA A INSTALAÇÃO NA MESMA NO LOCAL DESIGNADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER.</p>	15	Par	8.603,00	129.045,00
2	<p>Traves c/rede p/futebol society instalados - medidas 5m X 2,20m - Com estrutura produzida em tubos de aço carbono de 03", galvanizado, modelo desmontável, requadro inteiriço em tubo de 01", com ganchos para melhor fixação da rede, com acabamento em pintura eletrostática ou similar na cor branca; Tipos de Fixação: BUCHA (encaixada no furo da quadra) ou PARAFUSADA (com parafusos chumbadores ou similar). REDE: confeccionada em fio de 6mm, 100% polipropileno, proteção contra raios UVB / UVR; malha 14X14 cm, medindo 5 metros de largura por 2,20 metros de altura por 1 metro de recuo superior x 1 metro de recuo inferior. Garantia de no mínimo 24 meses contra efeitos naturais do sol e chuva (intempéries); conforme regras da modalidade. Incluindo: MÃO DE OBRA, MATERIAIS E ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA A</p>	15	Par	7.773,33	116.599,95



	INSTALAÇÃO NA MESMA NO LOCAL DESIGNADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER.				
3	Traves c/rede p/futebol society instalados - medidas 4m X 2,20m - Com estrutura produzida em tubos de aço carbono de 03", galvanizado, modelo desmontável, requadro inteiriço em tubo de 01", com ganchos para melhor fixação da rede, com acabamento em pintura eletrostática ou similar na cor branca; Tipos de Fixação: BUCHA (encaixada no furo da quadra) ou PARAFUSADA (com parafusos chumbadores ou similar). REDE: confeccionada em fio de 6mm, 100% polipropileno, proteção contra raios UVB / UVR; malha 14X14 cm, medindo 4 metros de largura por 2,20 metros de altura por 1 metro de recuo superior x 1 metro de recuo inferior. Garantia de no mínimo 24 meses contra efeitos naturais do sol e chuva (intempéries); conforme regras da modalidade. Incluindo: MÃO DE OBRA, MATERIAIS E ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA A INSTALAÇÃO NA MESMA NO LOCAL DESIGNADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER.	15	Par	7.080,00	106.200,00
4	Traves c/rede p/futsal instalados - medidas 3m X 2m - Com estrutura produzida em tubos de aço carbono de 03", galvanizado, modelo desmontável, requadro inteiriço em tubo de 01", com ganchos para melhor fixação da rede, com acabamento em massa plástica e pintura eletrostática ou similar na cor branca; Tipos de Fixação: BUCHA (encaixada no furo da quadra) ou PARAFUSADA (com parafusos chumbadores ou similar). REDE: confeccionada em fio de 6mm, 100% polipropileno, proteção contra raios UVB / UVR; malha 14X14 cm, medindo 3 metros de largura por 2 metros de altura por 1 metro de recuo superior x 1 metro de recuo inferior. Garantia de no mínimo 24 meses contra efeitos naturais do sol e chuva (intempéries); conforme regras da modalidade. Incluindo: MÃO DE OBRA, MATERIAIS E ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA A INSTALAÇÃO NA MESMA NO LOCAL DESIGNADO PELA SECRETARIA	15	Par	5.183,33	77.749,95

MUNICIPAL DE JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER.				
TOTAL PARA AMPLA DISPUTA - 75% DA QUANTIDADE			R\$ 429.594,90	

ITENS PARA COTA RESERVADA - ME / EPP - 25% DA QUANTIDADE

ITEM	DESCRIPTIVO	QTD	UNID	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
5	Traves c/rede p/futebol society instalados - medidas 6m X 2,20m - Com estrutura produzida em tubos de aço carbono de 03", galvanizado, modelo desmontável, requadro inteiriço em tubo de 01", com ganchos para melhor fixação da rede, com acabamento em pintura eletrostática ou similar na cor branca; Tipos de Fixação: BUCHA (encaixada no furo da quadra) ou PARAFUSADA (com parafusos chumbadores ou similar). REDE: confeccionada em fio de 6mm, 100% polipropileno, proteção contra raios UVB / UVR; malha 14X14 cm, medindo 6 metros de largura por 2,20 metros de altura por 1 metro de recuo superior x 1 metro de recuo inferior. Garantia de no mínimo 24 meses contra efeitos naturais do sol e chuva (intempéries); conforme regras da modalidade. Incluindo: MÃO DE OBRA, MATERIAIS E ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA A INSTALAÇÃO NA MESMA NO LOCAL DESIGNADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER.	05	Par	8.603,00	43.015,00
6	Traves c/rede p/futebol society instalados - medidas 5m X 2,20m - Com estrutura produzida em tubos de aço carbono de 03", galvanizado, modelo desmontável, requadro inteiriço em tubo de 01", com ganchos para melhor fixação da rede, com acabamento em pintura eletrostática ou similar na cor branca; Tipos de Fixação: BUCHA (encaixada no furo da quadra) ou PARAFUSADA (com parafusos chumbadores ou similar). REDE: confeccionada em fio de 6mm, 100% polipropileno, proteção contra raios UVB / UVR; malha 14X14 cm,	05	Par	7.773,33	38.866,65

	medindo 5 metros de largura por 2,20 metros de altura por 1 metro de recuo superior x 1 metro de recuo inferior. Garantia de no mínimo 24 meses contra efeitos naturais do sol e chuva (intempéries); conforme regras da modalidade. Incluindo: MÃO DE OBRA, MATERIAIS E ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA A INSTALAÇÃO NA MESMA NO LOCAL DESIGNADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER.				
7	Traves c/rede p/futebol society instalados - medidas 4m X 2,20m - Com estrutura produzida em tubos de aço carbono de 03", galvanizado, modelo desmontável, requadro inteiriço em tubo de 01", com ganchos para melhor fixação da rede, com acabamento em pintura eletrostática ou similar na cor branca; Tipos de Fixação: BUCHA (encaixada no furo da quadra) ou PARAFUSADA (com parafusos chumbadores ou similar). REDE: confeccionada em fio de 6mm, 100% polipropileno, proteção contra raios UVB / UVR; malha 14X14 cm, medindo 4 metros de largura por 2,20 metros de altura por 1 metro de recuo superior x 1 metro de recuo inferior. Garantia de no mínimo 24 meses contra efeitos naturais do sol e chuva (intempéries); conforme regras da modalidade. Incluindo: MÃO DE OBRA, MATERIAIS E ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA A INSTALAÇÃO NA MESMA NO LOCAL DESIGNADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER.	05	Par	7.080,00	35.400,00
8	Traves c/rede p/futsal instalados - medidas 3m X 2m - Com estrutura produzida em tubos de aço carbono de 03", galvanizado, modelo desmontável, requadro inteiriço em tubo de 01", com ganchos para melhor fixação da rede, com acabamento em massa plástica e pintura eletrostática ou similar na cor branca; Tipos de Fixação: BUCHA (encaixada no furo da quadra) ou PARAFUSADA (com parafusos chumbadores ou similar). REDE: confeccionada em fio de 6mm, 100% polipropileno, proteção contra raios UVB / UVR; malha 14X14 cm, medindo 3 metros de largura por 2 metros de altura por 1	05	Par	5.183,33	25.916,65

	metro de recuo superior x 1 metro de recuo inferior. Garantia de no mínimo 24 meses contra efeitos naturais do sol e chuva (intempéries); conforme regras da modalidade. Incluindo: MÃO DE OBRA, MATERIAIS E ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA A INSTALAÇÃO NA MESMA NO LOCAL DESIGNADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER.				
ITENS P/COTA RESERVADA - ME / EPP - 25% DA QUANTIDADE					R\$ 143.198,30

5. DEFINIÇÃO DO TIPO DE BENS /SERVIÇOS

5.1. Considerando que os padrões de desempenho e qualidade dos itens / objetos deste "Termo de Referência" podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, classifica-se os referidos itens como "bens / serviços comuns".

6. VIGÊNCIA

6.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado da data de sua assinatura pela autoridade competente, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos da legislação aplicável, desde que demonstrada a vantajosidade dos preços

7. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

7.1. A fundamentação da contratação e seus quantitativos encontram-se pormenorizada no ETP – Estudo Técnico Preliminar.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

8.1. A descrição da solução como um todo encontra-se estabelecida no ETP - Estudo Técnico Preliminar.

9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os serviços / itens licitados (objeto deste documento) e futuramente prestados/ entregues, deverão atender, *sempre quando for o caso*, todas as normas e padrões estabelecidos a seguir:

g) Critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos, sempre quando for o caso, os requisitos contidos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

h) Normas de Segurança em Edificações, do CREA/CAU e equivalentes;

i) Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT;

j) Normas e Instruções de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho;

k) Normas da ANVISA; INMETRO e Código de Defesa do Consumidor;

l) Leis, Decretos, Regulamentos e Dispositivos legais emitidos pelas autoridades governamentais, em âmbito Municipal, Estadual e Federal e pertinentes à execução dos serviços ora contratados, inclusive procedimentos exigidos pela SESMT, através do MEMO SMA/SESMT nº 005/2021 e MEMO SMA / SESMT nº 048/2023, do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho/SESMT da Prefeitura Municipal de Bragança Paulista.

g) O licitante interessado em participar do certame poderá, com o acompanhamento de servidor desta Prefeitura, realizar visita técnica (*não obrigatória*) aos locais para execução dos serviços / fornecimento do objeto deste termo de referência. A vistoria é **FACULTATIVA**, sendo que as empresas interessadas deverão agendá-la com antecedência. A visita técnica poderá ser realizada até o último dia útil anterior a realização do certame.

Agendamento visita técnica facultativa:

LEONARDO (11) 4034-2822 E-MAIL: semjel@braganca.sp.gov.br

g1. A empresa que optar por não realizar a visita técnica será, para todos os efeitos legais, automática e irrevogavelmente considerada detentora de pleno conhecimento das condições físicas, operacionais e ambientais do local destinado à execução dos serviços/fornecimento. A simples apresentação da proposta configurará declaração tácita e inequívoca de que o licitante examinou todas as informações disponíveis, assumindo integral responsabilidade pelas condições existentes. Fica, portanto, expressamente vedada qualquer alegação futura de desconhecimento, omissão, surpresa técnica ou necessidade de adequações decorrentes de circunstâncias que poderiam ter sido verificadas mediante a vistoria facultativa, nos termos dos princípios da boa-fé objetiva, do julgamento objetivo e da segurança jurídica previstos na Lei nº 14.133/2021.

h) Os licitantes interessados deverão apresentar todos os documentos de ordem: jurídica; fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, conforme o caso, previstos na Lei Federal n. 14.133/2021, sendo observado as seguintes justificativas:

a) Habilitação econômico-financeira

Justificativa – Exigência apenas do Art. 69, II, da Lei nº 14.133/2021 (econômico-financeira).

Nos termos do art. 69 da Lei nº 14.133/2021, a habilitação econômico-financeira deve ser dimensionada de forma proporcional ao risco da contratação, cabendo à Administração, no exercício de sua discricionariedade técnica, definir quais documentos são necessários para comprovar a aptidão dos licitantes. No presente caso, optou-se fundamentadamente pela exigência exclusiva do inciso II certidão negativa de feitos sobre falência — pelas razões a seguir expostas:

1. O objeto licitado é simples, padronizado e de reduzida complexidade operacional, não apresentando risco financeiro que justifique a imposição de requisitos contábeis mais rigorosos, como os previstos no inciso I (balanço patrimonial, demonstrações contábeis e DRE).
2. A exigência de demonstrações contábeis somente se justifica quando o objeto ou a execução contratual demandam robusta análise econômico-financeira, o que não é o caso. Para este tipo de contratação, a certificação de que a empresa não se encontra em estado de falência é suficiente para resguardar o interesse público.
3. A Administração, apoiada nos princípios da proporcionalidade, razoabilidade, eficiência, economicidade e ampliação da competitividade (Lei 14.133/2021), deve evitar exigências excessivas que não guardem relação com o risco do objeto. Exigir documentos complexos e desnecessários violaria tais princípios e poderia restringir a participação de licitantes aptos, sem ganho efetivo de segurança contratual.
4. A adoção apenas do inciso II constitui solução juridicamente adequada e tecnicamente suficiente, pois assegura o controle mínimo indispensável da situação econômico-jurídica das empresas, sem impor cargas desproporcionais e sem desvirtuar a natureza simples e padronizada do objeto. Dessa maneira, a decisão pela exigência exclusiva do art. 69, II revela-se correta, proporcional, tecnicamente alinhada ao risco da contratação e plenamente compatível com o regime jurídico estabelecido pela Lei nº 14.133/2021, garantindo segurança sem burocracia excessiva.

j) Subcontratação e Consórcio:

a) Vedação à subcontratação.

Fica vedada a subcontratação do objeto contratual. A restrição justifica-se porque o serviço pode ser integralmente executado pela própria contratada, não havendo necessidade de repassar etapas ou responsabilidades a terceiros. A execução direta garante maior controle técnico, operacional e administrativo, assegura a qualidade do resultado e evita riscos decorrentes de intermediários que não passaram pelo processo licitatório. Dessa forma, a Administração mantém a rastreabilidade das ações, a responsabilização clara da contratada e a integridade das condições inicialmente avaliadas no certame.

b) Admissão de consórcios

Será admitida a participação de consórcios, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021. Essa possibilidade amplia o universo de concorrentes e permite que empresas reúnam suas capacidades técnicas, operacionais e econômico-financeiras para melhor atender às exigências do objeto. A formação de consórcios tende a aumentar a competitividade, reduzir riscos e propiciar propostas mais vantajosas à Administração, sem comprometer a fiscalização ou a unidade de execução, já que o consórcio apresenta uma única proposta e assume responsabilidade solidária pelas obrigações contratuais.

Assim, a vedação à subcontratação protege a execução direta e qualificada do objeto, enquanto a permissão de consórcios garante ampla participação e a reunião legítima de competências, equilibrando eficiência, segurança jurídica e competitividade.

10. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

10.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

11. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

CONDIÇÕES DE ENTREGA

11.1. A aquisição do bem/serviço será parcelada, conforme as necessidades da contratante, sendo que o prazo de entrega será de até 15 (quinze) dias úteis contados da data do recebimento da Autorização de Fornecimento (AF).

11.2. Caso não seja possível realizar a entrega dentro do prazo estipulado, a empresa deverá comunicar as razões com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, para que seja analisada a possibilidade de prorrogação do prazo, exceto em situações de caso fortuito ou força maior.

12. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

12.1. O objeto, quando se tratar de fornecimento, deverá ser entregue em perfeitas condições, com embalagens (*sempre que possível confeccionadas de material reciclável*), intactas e sem quaisquer sinais de violação, deterioração ou outros fatores que possam comprometer sua utilização ou qualidade, em conformidade com as normas vigentes no ordenamento jurídico nacional.

12.2. Na ausência de especificações adicionais sobre o item descrito neste Termo de Referência, deverá ser garantido que os produtos entregues tenham, no mínimo, 2/3 (dois terços) de sua validade total. Além disso, devem ser observadas as disposições legais referentes à garantia, conforme o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), incluindo o

direito à troca ou substituição de produtos em caso de vícios ou defeitos de fabricação, com os prazos mínimos de garantia legal, sem prejuízo das eventuais garantias contratuais adicionais oferecidas pelo fornecedor.

12.3. Ademais, caso defeitos sejam identificados durante o prazo de garantia, o fornecedor deverá, às suas expensas, providenciar o reparo, a substituição ou a reposição do item, conforme o caso, no menor prazo possível (*caso não haja outro prazo específico descrito para o produto*), de forma a garantir o pleno atendimento das necessidades administrativas. Para produtos que requeiram assistência técnica, deverão ser indicados, juntamente com as Notas Fiscais, os locais credenciados para atendimento, assegurando que o suporte seja prestado dentro do território nacional, sem custos adicionais para a Administração, salvo se explicitamente previsto em contrato.

13. MODELO DE GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A Ata de Registro de Preços deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/2021 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

13.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da Ata de Registro de Preços, o cronograma de execução será interrompido automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento.

13.3. As comunicações entre o Órgão Gerenciador e a Detentora da Ata serão realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

13.4. Órgão Gerenciador poderá convocar representante da Detentora da Ata para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

13.5. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) / Gestor(es) do contrato ou pelos respectivos substitutos (Lei Federal nº 14.133/2021 art. 117 caput), sendo suas atribuições aquelas previstas no Decreto Municipal nº 4.367/2024 – Seção VI (Da gestão do contrato) e Seção VII (Do fiscal do Contrato).

FISCAL: Francine Aparecida Pereira - Assessora de Divisão

GESTOR: Carlos André Quartieri Alves – Chefe de Divisão de Esporte, *respondendo, cumulativamente*, pela Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer.

13.6. O fiscal designado acompanhará a execução da Ata de Registro de Preços, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

13.7. O fiscal da Ata do Registro de Preços verificará a manutenção das condições de habilitação da Detentora da Ata, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, quando houver, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário, além das demais responsabilidades previstas no Decreto Municipal nº 4.367/2024.

13.8. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal da Ata de Registro de Preços atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor da Ata para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

13.9. Todas as despesas de seguro, transportes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da entrega dos produtos/execução dos serviços, deverão ser de responsabilidade da Detentora da Ata.

13.10. O contrato será simplificado e representado pela Autorização de Fornecimento, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

14. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO

14.1. O objeto deste termo de referência será recebido nos termos do Decreto Municipal nº 4.367 em seus Artigos 153 e 154.

14.2. O recebimento provisório e definitivo do objeto contratual deve ser realizado conforme o disposto no artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/2021, e em consonância com as regras definidas no edital para o objeto específico do contrato.

14.3. O objeto contratado será, **conforme o caso**, recebido:

Em se tratando de obras e serviços:

a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, em até 15 (quinze) dias corridos da comunicação escrita da contratada do encerramento da execução contratual, se outro não tiver sido o prazo estipulado no termo de contrato;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, em prazo não superior a 90 (noventa) dias corridos a contar do recebimento provisório, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

Em se tratando de compras:

a) provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, em prazo não superior a 30 (trinta) dias corridos a contar do recebimento provisório, se outro não tiver sido o prazo estipulado no termo de contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

14.4. Os bens/serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 2 (dois) dias úteis (*quando não houver outro estipulado*), contados do ato de recusa e da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

14.5. Na hipótese do produto apresentar irregularidade não sanada, será reduzido a termo o fato e encaminhado à autoridade competente para procedimentos inerentes à aplicação das penalidades.

14.6. No caso de controvérsia sobre a execução / fornecimento do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

14.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

14.8. A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

14.9. A contratada deverá efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão, sempre quando for o caso, as indicações referentes, no mínimo, a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

14.10. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/ 1990);

14.11. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.

14.12. Obrigações da Contratante:

- a) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- b) verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor designado;
- e) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- f) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- g) Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/21, a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei Federal nº 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição;
- h) A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei Federal nº 14.133/21.
- i) O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização

das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

14.13. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

15. DO PAGAMENTO

15.1. Os bens/serviços deverão ser entregues/executados devidamente acompanhados da Nota Fiscal ou Fatura, bem como da comprovação da regularidade fiscal/trabalhista, a qual poderá ser constatada mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

15.2. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

15.3. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, após o recebimento provisório e definitivo, se for o caso, ocorrerá a liquidação da despesa, nos termos da legislação vigente.

15.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

15.5. O pagamento será efetuado no prazo de 28 (vinte e oito) dias corridos contados a partir da data do recebimento do bem ou do serviço pelo Fiscal do Contrato, mediante a entrega da documentação pertinente pela contratada, devidamente atestada pelo Gestor do Contrato.

15.6. Os pagamentos obedecerão ao Decreto Municipal n. 4.809/2025 que Dispõe de ordem cronológica de pagamentos;

15.7. Eventuais atrasos nos pagamentos não decorrente de falhas no cumprimento das obrigações contratuais principais ou acessórias por parte da CONTRATADA, incidirá correção monetária sobre o valor devido na forma da legislação aplicável, bem como juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pró-rata tempore", em relação ao atraso verificado.

15.8. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

15.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

16. PRAZO DE ENTREGA

16.1. Os produtos/serviços objeto deste Registro de Preços serão adquiridos parceladamente, com eventuais entregas conforme necessidade da Secretaria ou Divisão requisitante mediante a autorização de fornecimento emitida pela Prefeitura Municipal de Bragança Paulista/SP, através do setor competente - sem valor mínimo de faturamento, sendo a Ata de Registro de Preços vigente 12 (doze) meses e com prazo de entrega designado (*já definido neste documento, no item 11.1*) após o recebimento da autorização de fornecimento.

16.2. O objeto desta licitação deverá ser entregue/executado, mediante agendamento prévio, conforme segue:

Telefone / email p/ agendamento entrega: **(11) 4034-2822 e semjel@braganca.sp.gov.br**

Nome do Contato: **Leonardo Sousa de Moraes**

Endereço p/ entrega: **Av. dos Imigrantes, 3237 - Bairro Lavapés Bragança Pta. - SP**

Horário para entrega em dias úteis: **08h00 às 18 horas**

16.3. Empresa contratada fica responsável por toda a logística de distribuição até o local indicado, fornecendo todos os equipamentos e mão de obra necessários, sendo responsável ainda pelo correto acondicionamento e transporte dos materiais.

17. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

17.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta;

17.2. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

17.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar o atendimento dos requisitos previstos no Edital de Licitação, além das demais exigências eventualmente dispostas neste Termo de Referência.

18. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

18.1. O custo estimado total da contratação é de **572.793,32 (quinhentos e setenta e dois mil, setecentos e noventa e três reais e trinta e dois centavos)**, conforme valores indicados no item 02 deste documento.

19. LEGISLAÇÃO MUNICIPAL APLICÁVEL, PORTARIAS, ETC

19.1. Documentos podem ser acessados na pasta virtual:

<https://drive.google.com/drive/folders/1KZfcJqfanAwrRxVHuXUXC4mds8yKdri7?usp=sharing>

20. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta de recursos específicos consignados na Lei Orçamentária Anual Vigente.

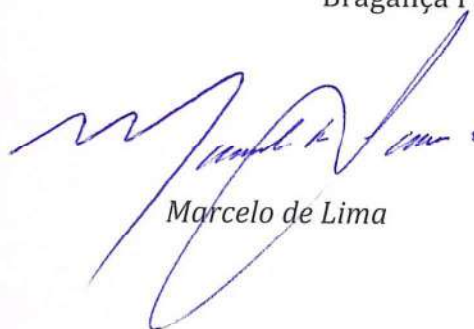
As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta de recursos específicos:

FICHA nº 00652 3.3.90.30 27 812 0046 2199

FONTE: 01 TESOURO APLICAÇÃO: 1100000 - GERAL

ELEMENTO 3.3.90.30.28 - OUTROS MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA

Bragança Paulista, 25 de março de 2026.



Marcelo de Lima



Carlos André Quartieri Alves

RELAÇÃO DE PRAÇAS ESPORTIVAS

CILES E MINI-CILES - Quadras poliesportivas e Campos de Areia		
1	Ciles São Lourenço	Praça Catharina Pignatari Helena - Jd S.Lourenço
2	Praça Benedito Terrible	Av. Santa Isabel, Rua Ubajara - Vila Aparecida
3	Praça das Pedras	R Maria do Carmo Teixeira Galasso - Vila Garcia
4	Mini Ciles Praça Funari Ximenes	Rua Rinzo Aoki - Jardim Recreio Bragantino
5	Praça dos Maçons	Rua Felício Helito - Vila Aparecida
6	Mini Ciles Jesus Otaviano	Rua São Paulo - Vila Municipal
7	Mini Ciles Vila Esperança	Rua Carlos Chagas - Vila Esperança
8	Mini Ciles Virgílio Antonio Di Nijo	R Palmiro Orsi/R Alfredo Jori - Santa Luzia
9	Mini Ciles Michele Barrese	R Cap.Júlio Colombi/R Cândido M. Leme V.Munic
10	Mini Ciles Cezar Zechim	R.Imp.Leopoldina/R.Emílio Colela Jd. N.Bragança
11	Ciles Praça da Paz	R Arthur Bernardes/Av.Dr.Fernando Costa-StªCristina
12	Mini Ciles João Gomes de Oliveira	Av. São Vicente de Paula - Jardim Recreio
13	Mini Ciles São José	R.Carlos Campos/Rua Suster/Trav.Rubião Jr.-Largo S.José
14	Mini Ciles Elvis Felipe Gonçalves	R.Farm Ernesto Almeida /Mons.Alfredo Meca - Jd. Júlio Mesquita
15	Praça Dom Luiz Gonzaga Peluso	Rua Conselheiro Rodrigues Alves - Centro
16	Mini Ciles Nicolino Russo	R Francisco Cacozzi/R.Dina B. Leme-Pque Brasil
17	Mini Ciles Maria Zamana Garisto	R Exp. Adão Camargo/Exp.Décio C.dos SantosJd.N.América
18	Mini Ciles Planejada I	Rua Argemiro Pierotti - Planejada I
19	Mini Ciles Águas Claras	Av.Atílio Menim / Av.Antonio Pierotti - Jd.Águas Claras
20	Mini Ciles Armino de Souza Leme	Av. Senador Roberto Simonsen - Vila Garcia
21	Mini Ciles da Penha	Av. Nossa Sra. Da Penha / R. Ampere -B.Penha
22	Mini Ciles Donato Corteze	R. Arthur Siqueira/R. Arténio Dorsa Jd.S José
23	Mini Ciles Álvaro Sperândio	Rua Ubajara/R. São Bento - Vila Aparecida
24	Mini Ciles Jd. São Miguel	Rua Esequias Pereira de Araújo - Jd.São Miguel
25	Mini Ciles Dr. Júlio de Mesquita Filho	R. Zeferino A do Amaral/RMJ Leoncio A Certain
26	Mini Ciles Praça Maria Galego Sanches	Rua Aquidabam - Vila Aparecida.
27	Ciles Parque dos Estados	Rua amazonas - Parque dos Estados
28	Mini Ciles Praça da Fraternidade	R. Ernesto Vaz de Lima - Praça Fraternidade
29	Mini Ciles Pastor José M. da Silva	Rua Francisco Lido Vito - Jardim Fraternidade
30	Mini Ciles Arquimedes Bars	Rua Ernesto Lo Sardo - Jardim California
31	Mini Ciles Nilo Luis de Oliveira	Av. Dr. Arnaldo Cerdeira - Planejada II
32	Mini Ciles São Lourenço	R.Francisco S. Villaça/R.Valencia do Prado J.S.Lourenço
33	Mini Ciles Saada Nader Abi Chedid	Rua José Leitão Xavier/Rua Vicente Talamino - CDHU
34	Mini Ciles Condomínio Resid. Nova Cidade	Rua Três - Cond. Nova Cidade - Bairro Águas Claras
35	Mini Ciles do Popó	Rua Cel Daniel Peluso, 1310 - Matadouro
36	Mini Ciles Condomínio Henedina Cortez	Al. Vanderley Toricelli - Bairro Águas Claras
37	Mini Ciles Maranata	Maranata
38	Ciles Praça Jacinto Osório	Matadouro
39	Ciles Florivaldo Grasson	Av. dos Imigrantes, 3237 - Lavapés
40	Mini Ciles José Cerqueira - Jd. Morumbi	Bairro Jardim Morumbi

CILES COM CAMPOS SOCIETY		
41	CILES FLORISVALDO GRASSON	Av. Dos Imigrantes, 3237 - Lavapés
42	CILES WAGNER BEASIN DE OLIVEIRA	Praça Catharina Pignatari Helena - Jd S.Lourenço
43	CILES MARIA ZAMANA GARISTO (TORÓ)	Rua Exp. Adão Camargo/ Rua Exp. Décio C. dos Santos
44	CILES NICOLINO RUSSO	R Francisco Cacozzi/R.Dina B. Leme-Vila Garcia
45	CILES BENEDITO TERRIBLE	Av. Santa Isabel, Rua Ubajara - Vila Aparecida
46	CILES DONATO CORTEZI	Rua Arthur Siqueira - Jd. São José
47	CILES JOSÉ CERQUEIRA -JD MORUMBI	JARDIM MORUMBI
48	CILES ÁGUAS CLARAS	AV. ANTONIO PIEROTTI
49	CILES MICHELE BARRESE	VILA MUNICIPAL
50	CILES PRAÇA DAS PEDRAS	VILA GARCIA

51	CILES ARQUIMEDES BARS	JARDIM CALIFORNIA
52	CILES SÃO JOSÉ	LARGO SÃO JOSÉ
53	CILES PARQUE DOS ESTADOS	RUA AMAZONAS
54	CILES ARMINDO DE SOUZA LEME	AV. SENADOR ROBERTO SIMONSEN -VILA GARCIA
55	CAMPO SOCYTE BRAGANÇA F2	HENEDINA CORTEZ
56	CILES BAIRRO DA MARINA	BAIRRO DA MARINA
57	MINI CILES TORÓZINHO	BAIRRO TORÓZINHO
58	PRAÇA DA MAGIA MARCELO VEIGA	VILA DAVI
59	CILES CELSO LUÍS MENDES DE OLIVEIRA	BAIRRO VEM VIVER
60	CILES AGUA COMPRIDA	BAIRRO DA AGUA COMPRIDA

GINÁSIOS

61	GME Lourenço Quilici	Av. José Adriano Marrey Jr, 754 - Vila Municipal
62	GME Rubens Batazza	Rua Antonio Ribeiro s/nº - Planejada II
63	GME Francisco Vergili	Rua Santa Cruz, s/nº - Vila Garcia
64	GME Agostinho Ercoline	Rua Epiphanio Villaça, s/nº - Jd. Recreio

QUADRAS POLI ESPORTIVAS

65	Água Comprida	Praça São Sebastião - Bairro Água Comprida
66	Campinho F.C.	Bairro do Biriçá
67	Descoberta anexa ao GME Lourenço Quilici	Av. José Adriano Marrey Jr, 754 - Vila Municipal
68	Coberta anexa ao GME Lourenço Quilici	Av. José Adriano Marrey Jr, 754 - Vila Municipal
69	Coberta da Vila Davi	Bairro Vila Davi

* A presente solicitação tem por finalidade justificar a aquisição de novas traves de futsal e futebol society para as praças esportivas do município, visando à substituição das estruturas atualmente existentes que se encontram danificadas, bem como para equipar novas quadras e/ou campos de futebol society que vierem a ser construídos ao longo do ano.

ANEXO VI

MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANCA PAULISTA

DATA 25/03/2026

Relatorio de Pre-cotacao por requisicao de 000003564 a 000003564

PAGINA 1

Requisicao : 000003564 2026 Orgao : 16.01.00 SEC. MUN. DA JUVENTUDE, ESPORTE E LAZE Data da Pre-cotacao 20/03/2026

Objeto: 016.00112.0001-01 TRAVES COM REDE PARA FUTEBOL SOCIETY- 6M X 2,20M	Qtde.	20,0000	PR	
Fornecedor(es)	Valor Unitario		Valor Total	
13882 JOSE C. EUGENIO MARQUES ESPORTES - EPP	R\$	8.480,0000	R\$	169.600,00
28688 BOCAIUVA COMERCIO E SERVICOS LTDA	R\$	8.630,0000	R\$	172.600,00
10143 KDM COMERCIAL E SERVICOS LTDA	R\$	8.699,0000	R\$	173.980,00
	<u>Medias Unitario/Total R\$</u>		<u>R\$</u>	<u>172.060,00</u>
		8.603,0000		
Objeto: 016.00112.0002-01 TRAVES COM REDE PARA FUTEBOL SOCIETY- 5M X 2,20M	Qtde.	20,0000	PR	
Fornecedor(es)	Valor Unitario		Valor Total	
13882 JOSE C. EUGENIO MARQUES ESPORTES - EPP	R\$	7.600,0000	R\$	152.000,00
28688 BOCAIUVA COMERCIO E SERVICOS LTDA	R\$	7.820,0000	R\$	156.400,00
10143 KDM COMERCIAL E SERVICOS LTDA	R\$	7.900,0000	R\$	158.000,00
	<u>Medias Unitario/Total R\$</u>		<u>R\$</u>	<u>155.466,66</u>
		7.773,3333		
Objeto: 016.00112.0003-01 TRAVES COM REDE PARA FUTEBOL SOCIETY- 4M X 2,20M	Qtde.	20,0000	PR	
Fornecedor(es)	Valor Unitario		Valor Total	
13882 JOSE C. EUGENIO MARQUES ESPORTES - EPP	R\$	6.950,0000	R\$	139.000,00
28688 BOCAIUVA COMERCIO E SERVICOS LTDA	R\$	7.100,0000	R\$	142.000,00
10143 KDM COMERCIAL E SERVICOS LTDA	R\$	7.190,0000	R\$	143.800,00
	<u>Medias Unitario/Total R\$</u>		<u>R\$</u>	<u>141.600,00</u>
		7.080,0000		
Objeto: 016.00112.0004-01 TRAVES COM REDE PARA FUTEBOL SOCIETY- 3M X 2M	Qtde.	20,0000	PR	
Fornecedor(es)	Valor Unitario		Valor Total	
13882 JOSE C. EUGENIO MARQUES ESPORTES - EPP	R\$	5.000,0000	R\$	100.000,00
28688 BOCAIUVA COMERCIO E SERVICOS LTDA	R\$	5.250,0000	R\$	105.000,00
10143 KDM COMERCIAL E SERVICOS LTDA	R\$	5.300,0000	R\$	106.000,00
	<u>Medias Unitario/Total R\$</u>		<u>R\$</u>	<u>103.666,66</u>
		5.183,3333		

TOTAIS DA REQUISICAO

TOTAL PARA O MENOR PRECO	→	R\$	560.600,00
TOTAL PARA O MAIOR PRECO	→	R\$	581.780,00
TOTAL PARA A MEDIA COTADA	→	R\$	572.793,32
TOTAL PARA A MEDIANA	→	R\$	576.000,00

DATA 25/03/2026

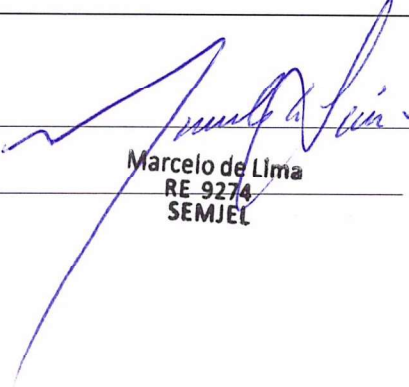
Relatorio de Pre-cotacao por requisicao de 0000003564 a 0000003564

PAGINA 2

Requisicao : 0000003564 2026 Orgao : 16.01.00 SEC. MUN. DA JUVENTUDE, ESPORTE E LAZE Data da Pre-cotacao 20/03/2026

Objeto: 016.00112.0004-01 TRAVES COM REDE PARA FUTEBOL SOCIETY- 3M X 2M	Qtde.	20,0000	PR
Fornecedor(es)		Valor Unitario	Valor Total
0001 Requisicao(oes) Mostrada(s).			

ATENCAO:- FORNECEDOR MARCADO COM <*> E QUE FOI OBTIDO O VALOR UNITARIO DO ULTIMO REGISTRO DE PRECO VIGENTE.



Marcelo de Lima
RE-9274
SEMJEL